

4

Idade Média (séculos 4 – 15): as práticas tradutórias de São Jerônimo, de Boécio e da Escola de Toledo

4.1

Contextualização

Como se sabe, denomina-se Idade Média o longo período compreendido entre a Antigüidade Clássica e a Idade Moderna – aproximadamente do final do século 4 ao século 15.

Como comumente acontece em periodizações históricas, não é possível considerar fatos isolados como determinantes do início e do final da Idade Média, ainda que possam ser considerados como marcos de seus extremos os seguintes acontecimentos históricos: a queda do Império Romano (395 d.C.); a queda de Constantinopla (1453); as grandes descobertas marítimas – em especial a descoberta do Novo Mundo (1492); e o início da Reforma Protestante (1517). Tais fatos favoreceram o florescimento do Renascimento e da Idade Moderna.

O nome “Idade Média” tem origem no olhar renascentista sobre esse período. Historiadores da Renascença classificaram a Idade Média como Idade das Trevas, por terem entendido aquele tempo como marcado pelo obscurantismo e pelo fenecimento da arte e do pensamento clássicos. A revisão histórica, todavia, surpreendeu no período medieval o surgimento de inúmeros elementos culturais e técnicos que iriam contribuir para o advento da Idade Moderna: a configuração urbana de base capitalista a partir do século 12, a difusão do comércio, a fabricação do papel.

4.1.2

Breve panorama da tradução no período medieval: tradução sacra vs. tradução profana

Na linha dos fatos que abalaram o mundo ocidental e criaram a ruptura com a Antigüidade Clássica estão a perda progressiva do poder da língua grega

como patrimônio cultural absoluto, o fim do Império Romano e o avanço do cristianismo.

Com o fim da Antigüidade Clássica, a língua grega começa a perder seu poder, pois o Ocidente latino não só se separa politicamente do Oriente greco-bizantino, como também perde o conhecimento da língua grega e, conseqüentemente, o acesso direto à cultura grega antiga, o que gerou a necessidade de traduções do grego para o latim com fins de divulgação para o público (ver Furlan, 2003: 23).

Isso levou, naturalmente, a novas maneiras de traduzir. Desse tempo em diante, na Europa ocidental, a tradução passaria a ter um caráter mais utilitário. Tal necessidade de traduções foi provocada, sobretudo, pelo crescimento avassalador da doutrina cristã, que veio a exigir a tradução dos livros sagrados para a propagação da fé católica. Dessa forma, a tradução cumpriu um outro papel – o de difundir a palavra de Deus –, distinto daquele que teve na Antigüidade Clássica, que era o de exercício estilístico (ver Bassnett-McGuire, 1980: 45).

Segundo as autoridades eclesiásticas, a mensagem central da Igreja era a de que Jesus era o messias de *todos* os povos, o que as levava a exercer um domínio sobre diferentes povos. Essa situação incentivou as traduções de textos sagrados, ao menos no início do catolicismo.

Nessa época ocorre uma diferenciação entre tradução sacra e tradução profana. A Igreja Católica cobrava dos tradutores, que estavam a ela submetidos, uma tradução palavra-por-palavra, pois a fé na inspiração divina dos textos religiosos assim o exigia – a palavra de Deus, sagrada, não deveria ser adulterada. Em decorrência, desaparece o caráter negativo desse tipo de tradução, presente em considerações de Cícero, importante orador e tradutor romano da Antigüidade Clássica.

Mas se no medievo a tradução palavra-por-palavra era exigida nas traduções de textos religiosos, o mesmo não ocorria no caso dos textos profanos.

Em relação à prática tradutória de textos profanos nesse período, pode-se dizer que uma de suas características foi a utilização de glosas e comentários. Muitas palavras eram explicadas através de sinônimos; passagens eram analisadas e, às vezes, reestruturadas. Era possível enriquecer o texto e alterá-lo (ver Furlan, 2003: 11). Além disso, a tradução utilizava versões intermediárias no lugar de originais (tradução indireta), ou como auxílio para sua realização. Era comum,

ainda, a retroversão, que consistia em traduzir um texto de uma língua para outra e, desta, outra vez à primeira.

Assim, se no caso da tradução de textos sagrados era exigida do tradutor estrita fidelidade em relação ao conteúdo e à forma, no caso da tradução de textos profanos o tradutor podia alterar o texto para que ficasse acessível ao público, o que revela um caráter utilitário da tradução medieval e a coexistência de pelo menos dois tipos opostos de tradução: palavra-por-palavra no primeiro caso e imitação no segundo. São Jerônimo, que será apresentado na próxima seção, defendia um outro tipo de tradução, sentido-por-sentido, como mais adequado aos textos profanos.

O surgimento das línguas vernáculas ainda na Idade Média levou a tradução a adquirir uma nova dimensão, já que os escritores usavam a prática tradutória como degrau de ascensão para o seu vernáculo. De certa forma, essa função exercida pela tradução representou como que um retorno ao modelo romano de enriquecimento da língua através da tradução.

O incremento da evangelização e o surgimento das línguas nacionais durante o período medieval favoreceram o advento da tradução para línguas vulgares, ainda que o latim mantivesse seu prestígio histórico como língua dominante de cultura e como língua para a liturgia. Frente ao latim, os vernáculos revelavam-se frágeis para expressar toda a riqueza simbólica dos textos-fonte.

Apesar de não ter havido na Idade Média uma reflexão sistemática sobre a tradução, é possível concluir que as discussões sobre as formas de traduzir mantinham-se na tricotomia tradução palavra-por-palavra / imitação / tradução sentido-por-sentido. A decisão pela maneira de traduzir dependia do tipo de texto de partida (literário, religioso ou filosófico, por exemplo) e, sobretudo, da função que a tradução deveria exercer. Como afirma Pezzini (*apud* Deslile e Woodsworth, 1998: 180), “as estratégias usadas pelos tradutores eram orientadas pelos objetivos a que se destinavam os textos”.

A seguir apresento as práticas tradutórias de São Jerônimo e de Boécio, ambas em Roma, e da Escola de Toledo, na Espanha.

4.2

As práticas tradutórias de São Jerônimo e de Boécio

São Jerônimo, ou Hyeronimus (331-420), grande nome no cenário da tradução medieval, é considerado o santo patrono dos tradutores. Ele foi reverenciado na Idade Média como o tradutor oficial da Bíblia, tendo se notabilizado pela *Vulgata* – a Bíblia latina padrão, que consiste numa revisão da *Vetus latina*³ e da Septuaginta grega⁴ (ver Kelly, 1998: 504). São Jerônimo escreveu o texto mais importante da época sobre a maneira de traduzir: *Ad Pammachium de optimo genere interpretandi*. Esse texto, como afirma Furlan (2003: 13), “influenciou fortemente as reflexões sobre a tradução até aproximadamente o século 18” e seu objeto central é a tradução literária, considerada distinta da tradução das Sagradas Escrituras. Para São Jerônimo, esses dois tipos de textos deveriam ser traduzidos de modos também distintos. No texto profano, as estratégias tradutórias deveriam orientar-se para o privilégio do sentido, enquanto nos textos sagrados predominaria a tradução que se fixava nas palavras:

Eu não somente confesso, mas proclamo em voz alta que, à parte as Sagradas Escrituras, em que mesmo a ordem das palavras encerra mistério, na tradução dos gregos não busco expressar uma palavra a partir de outra palavra, mas o sentido a partir do sentido. (*apud* Furlan, 2003: 13)

A distinção essencial entre a tradução de São Jerônimo e a dos romanos da Antigüidade Clássica é a perspectiva. Enquanto estes últimos tinham como foco o texto de chegada, São Jerônimo focalizava o texto de partida, insistindo na fidelidade ao sentido do original.

São Jerônimo, no caso dos textos literários, alterou o significado que Cícero deu a *fidus interpres* – *faithful translator* ou “tradutor fiel”. Para este, *fidus interpres* indicava o “tradutor literal e sem arte”, aquele que, supostamente, traduzia palavra-por-palavra, ou seja, que buscava a fidelidade à forma e ao

³ Antiga versão latina da Bíblia, anterior à *Vulgata*.

⁴ Designação por que é conhecida a mais antiga tradução em grego do texto hebreu do Antigo Testamento, feita para uso da comunidade judaica do Egito no final do século 3 a.C. e no século 2 a.C.; teria sido realizada por 72 tradutores, donde o nome (por simplificação: LXX, em latim); versão dos 70 (*Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa 1.0*)

conteúdo do original. São Jerônimo, por outro lado, chamava de *fidus interpres* o tradutor que buscava a manutenção do significado textual, ou seja, a fidelidade ao conteúdo e não à forma, defendendo essa estratégia tradutória. São Jerônimo deixou para a Idade Média um legado de acentuada ambigüidade terminológica e conceitual concernente à tradução. Segundo Furlan,

a inversão que o tradutor da *Vulgata* fez dos termos ciceronianos – *fidus interpres* – com o fim de defender a fidelidade ao significado textual foi usada posteriormente para assinalar os erros e confusão que a tradução literal produz, mas também sofreu, por sua vez, outra inversão, de maneira que serviu para defender o literalismo. (Furlan, 2003: 16)

O filósofo romano Boécio (470/475-524), por exemplo, em sua defesa do literalismo, chama de *fidus interpres* o tradutor literal, que traduz palavra-por-palavra:

Tradutores como Boécio (480-524), no prefácio de sua tradução de *Introdução às Categorias* de Porfírio, defende a tradução do conteúdo antes que do estilo, mas de uma forma literal, crendo que a tradução palavra-por-palavra impede a corrupção da verdade, e ao tradutor literal chama *fidus interpres*. (*ibidem*)

O escolástico João Escoto, concordando com Boécio, “advoga pela tradução *ad verbum* e transforma os argumentos de Jerônimo contra o literalismo em apologia do literalismo” (Furlan, 2003: 17). Anastásio, o Bibliotecário, por outro lado, critica o literalismo de Escoto e Boécio, utilizando os argumentos de São Jerônimo de que a tradução literal (palavra-por-palavra) não permite que o texto fique acessível:

[Anastásio] numa carta ao Papa João VIII, 850, critica o excessivo literalismo de Escoto e acusa seus contemporâneos de deformar a língua de chegada com suas traduções literais, usando o argumento já expressado por Jerônimo de que isso impede que a informação chegue a um público mais amplo. (*ibid*, p. 18)

As diferentes interpretações dos argumentos de São Jerônimo e de Cícero denotam que a tradução, na Idade Média, esteve longe de ser homogênea. Os diferentes tipos de textos (sagrados, filosóficos, literários) exigiam diferentes modos de traduzir. Nesse período, os tradutores faziam comentários e justificavam

suas escolhas tradutórias apoiados em São Jerônimo ou em Cícero e Horácio, referências tanto para a defesa do literalismo quanto para sua crítica.

Boécio foi considerado pelo filósofo Roger Bacon (1220-1292) o “primeiro tradutor”, pois simbolizou o fim da tradição da tradução romana clássica e o início da medieval. Ele ficou conhecido na Idade Média como o autor de *De consolatione philosophiae* – obra que escreveu na prisão até ser executado em 524. Boécio ambicionava traduzir toda a filosofia grega para o latim, mas não atingiu seu objetivo completamente. Entretanto, conseguiu traduzir *Das Categorias*, os seis primeiros volumes de *Organon* e uma variedade de comentários gregos sobre Aristóteles. Seu trabalho *De consolatione philosophiae* tornou-se muito famoso no período medieval, ocupando o segundo lugar em popularidade depois da *Vulgata* de São Jerônimo (ver Kelly, 1995: 420 e Robinson, 2002: 35).

Segundo Kelly, em seu verbete “Latin tradition” da *Encyclopedia* (1998: 497), Boécio e São Jerônimo deram o tom da tradução para o latim na Idade Média. A tradução como meio de desenvolver a retórica – objetivo dos romanos na Antigüidade Clássica – começou a desaparecer e a tradução passou a ser exercida por filósofos e teólogos, que defendiam a tradução palavra-por-palavra, ao menos em textos sagrados e filosóficos. Boécio defendia a tradução palavra-por-palavra nos textos filosóficos, afirmando que esse modo de traduzir impedia a corrupção da verdade, favorecendo a manutenção do sentido. Em suas palavras, traduzidas por Charles Burnett:

The reason for this approach is that, in the writings in which knowledge of the subject matter is sought, it is not the charm of limpid speech but the unsullied truth that has to be expressed. Therefore I feel I have been most useful if, in composing books of philosophy in the Latin language, not a single letter of the Greek is to be found missing. (*apud* Robinson, 2002: 35)

4.3

A prática tradutória da Escola de Toledo

Um importante núcleo de tradução na época medieval foi a Escola de Toledo, que congregou dois períodos diferentes do florescimento da atividade tradutória na Espanha, particularmente em torno de Toledo, mas também em Barcelona e Tarazona.

Durante o primeiro período, no século 12, predominou o fluxo de tradução de obras científicas e filosóficas advindas da Grécia antiga e da cultura árabe, traduzidas sobretudo do árabe para o latim. Como era comum na Idade Média, essas traduções eram patrocinadas pelo clero, que ditava quais obras seriam traduzidas. Prevalciam os autores clássicos, os eruditos e os teólogos – os escolhidos pela Igreja. Essa situação denotava a importância do jugo da Igreja sobre toda a atividade de tradução deste tempo. Esse jugo se acentuava quando os tradutores não convertidos ao cristianismo ficavam relegados à condição de intermediários, com a missão de apenas oferecer uma versão oral dos textos-fonte árabes.

No segundo período, século 13, passaram a predominar as traduções do árabe para o espanhol, embora em menor escala se traduzisse para o latim; algumas traduções começaram a ser feitas para o francês. Continuava a predominar o interesse pela tradução de obras científicas, mas agora sob o patrocínio do rei Alfonso X, conhecido como Alfonso, o Sábio (1221-1284). De fato, a atividade tradutória fez parte de uma política lingüística desenvolvida pelo monarca, que certamente compreendeu a importância da unidade lingüística para a consolidação do Estado espanhol, ou seja, a fixação e ampliação de seu poder monárquico.

Até então, na Europa Ocidental, o latim fora a única língua legítima para a redação de obras científicas ou filosóficas. Portanto, a Escola de Toledo representou uma importante conquista para a expansão do espanhol como língua vernácula culta, corrigindo o enorme desequilíbrio, vigente até então, entre o conhecimento da Espanha arabizada e o da Espanha da Reconquista:

Como ilustração, vale notar que a biblioteca da Ordem de Cluny continha só algumas centenas de obras (Haskins, 1970, p.43), enquanto milhares de manuscritos árabes eram guardados em Toledo – possivelmente cerca de 300.000. (Werrie *apud* Deslile e Woodsworth, 1998: 128)

A maioria dos textos traduzidos sofria as adequações ditadas pelas necessidades emanadas do poder, quer o eclesiástico – século 12 –, quer o monárquico – século 13. Na prática tradutória do século 12, “certas referências históricas e geográficas peculiares à tradição árabe eram consideradas irrelevantes e por isso omitidas”. (Deslile e Woodsworth, 1998: 129). No século 13,

[o] conhecimento que os estudiosos podiam acessar, em virtude de seu trabalho como tradutor, era passado a esse patrono para ser *refinado* ou “*processado*” de acordo com as necessidades deste último. (*ibidem*, grifos meus)

Quanto à transmissão do conhecimento advindo das obras do mundo greco-árabe, no século 12, os tradutores, preocupados em ampliar seus conhecimentos, despreocupavam-se, muitas vezes, com a clareza textual, denotando menosprezo em relação à difusão do conhecimento:

Em vez de procurar transmitir a informação de forma clara, os tradutores pareciam bem mais preocupados em aumentar o seu próprio conhecimento. O que fica evidente no amplo emprego das seguintes estratégias: a transliteração (com a introdução no latim de muitas palavras desconhecidas e incompreensíveis), os empréstimos semânticos (com a atribuição de um sentido científico a termo já existente na língua-meta) e as abreviaturas (sem qualquer explicação). (*ibid*, p.131)

No século 13, sob o controle de Alfonso X, cuja meta era a ampliação do território lingüístico espanhol, os tradutores buscaram a clareza para que a transmissão do conhecimento pudesse ser efetiva:

a adoção do espanhol como língua-meta, juntamente com a insistência do rei Alfonso para que os textos traduzidos fossem *lannos de entender* (de fácil compreensão), indicavam o desejo de abranger mais do que a comunidade eclesiástica e de transmitir o conhecimento a um círculo mais amplo. A ênfase na pesquisa terminológica (para usar uma expressão moderna) estava associada de perto ao contexto político em que a tradução se realizava, como afirmação da identidade nacional. (*ibid*, p.131-132)

A Escola de Toledo representou importante contribuição para que a Europa medieval tivesse acesso ao conhecimento científico e filosófico do mundo greco-árabe. Não resta dúvida de que os tradutores, nessa época, foram os grandes responsáveis pela mudança do estado do conhecimento no Ocidente.

Em suma, a prática tradutória da Escola de Toledo caracterizou-se sobretudo pela imitação, já que os textos podiam ser alterados para atender a necessidade de quem encomendava a tradução.

Já na Idade Média romana a tradução diferenciou-se entre sacra e profana. A primeira, acompanhada pela tradução de textos filosóficos (ver Boécio), caracterizava-se pela tradução palavra-por-palavra. A segunda, pela tradução

sentido-por-sentido, embora também se recorresse à imitação, como no caso da maioria das traduções da Escola de Toledo.

Viu-se que a atividade tradutória na Idade Média submetia-se aos preceitos dos seus patrocinadores – em alguns casos o poder monárquico e, na maioria das vezes, o eclesiástico. A forte presença da Igreja Católica no período medieval marcou praticamente toda a produção humana, artística ou não, daquele tempo.

A submissão dos tradutores medievais pode ser observada também nos prefácios das obras traduzidas, considerados verdadeiras dedicatórias em que ressaltavam o trabalho feito como encomendado, restrito às recomendações; e, inclusive, com constantes louvores aos patrocinadores.

A relação de poder entre os monarcas e seus tradutores foi representada de forma marcante na iconografia da época, assim como nos prefácios das obras traduzidas. Usualmente, as miniaturas da época mostram os tradutores ajoelhados humildemente aos pés de um monarca, ou de outra personagem real, oferecendo-lhe seu trabalho. (Deslile e Woodsworth, 1998: 149)